Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL
Monografia - TCC
Aluno: Pedro Paulo Serejo de Assunção - 140158847
Orientadora: Suely Vaz de Araújo

# O agronegócio enquanto classe social e sua relação estrutural com o Estado Brasileiro

- Brasília 2019 –

# INTRODUÇÃO

A política nacional vem sendo marcada recentemente por um retrocesso com relação à questão ambiental, tomada como uma pauta secundária perante a necessidade vista como prioritária de retomar o crescimento econômico no país. Tal priorização é difundida na esfera pública pela mentalidade produtivista ligada ao agronegócio brasileiro, que adota técnicas de produção predatórias ao meio ambiente.

A difusão de um discurso produtivista e pró-agronegócio, contudo, não deve ser vista fora de sua base material, ou seja, dissociada da função que tal discurso tem ao justificar medidas tomadas por uma determinada classe produtiva. Tendo isso em vista, é correto afirmar que o apoio hegemônico às táticas do agronegócio no campo brasileiro deriva de uma necessidade de tal grupo -nesse trabalho entendido como classe social coesa e com interesses específicos- de garantir seu papel influenciador na política nacional. Tendo isso esclarecido, cabe salientar agora que o objetivo deste estudo será postular como ocorre e quais as especificidades da relação de dependência estrutural do Estado brasileiro junto ao agronegócio, ou mais precisamente da agricultura mecanizada capitalista.

Nesse sentido, se mostra imprescindível uma análise material e histórica da questão colocada, ou seja, que enxergue a política sob a luz dos processos de antagonismo de classe existentes na sociedade brasileira atual e passada, mais precisamente sob o entendimento da dominância política e econômica exercida sobre uma classe dominante ou grupo político.

É importante lembrar também que uma análise de classe da questão não deve homogeneizar as classes sociais, ignorando suas próprias diferenças, divergências e contradições. Dessa maneira, a análise aqui presente pretende estabelecer diretrizes gerais que identifiquem como se dá a relação de influência da classe agrária na política nacional e na burocracia estatal, e como ocorrem as políticas de dependência do agronegócio e das políticas de Estado voltadas para tal classe, de maneira não a estabelecer exatamente e de maneira definitiva a forma com que cada grupo interno dentro do agronegócio se comporta, mas identificar padrões que evidenciem o interesse desse grande grupo social junto ao Estado brasileiro.

Nesse trabalho, portanto, se pretende questionar o alcance da relação do agronegócio brasileiro com o Estado, partido de uma perspectiva de classe, assim como compreender a natureza dessa relação.

A hipótese principal é a de que o agronegócio brasileiro pode ser compreendido como uma classe social coesa e com interesses específicos, o que reflete em sua ação coordenada com relação ao Estado, e da mesma maneira, o Estado brasileiro age com relação ao agronegócio como se tal grupo de fato se caracterizasse como uma classe social, criando uma relação de interdependência estrutural entre o Estado brasileiro e o grupo do agronegócio.

Para caracterizar e compreender tal relação, a bibliografia utilizada perpassa principalmente a tradição marxista a respeito da conceituação de classe social, dialogando entre diferentes tradições de tal conceituação.

Levando em consideração a não existência de outros trabalhos que tratam analiticamente o agronegócio enquanto classe social, nós assumimos o risco de procurar um caminho nessa direção, uma vez que tal perspectiva pode ser vantajosa para analisar como o grupo do agronegócio se relaciona materialmente com o Estado brasileiro. Assim, a ideia de tratar o agronegócio como uma classe social para fins analíticos é uma proposta de iniciar um debate nesse sentido, tendo o presente trabalho esse objetivo de fomentar a discussão sobre o caráter de classe do agronegócio e como isso se insere no contexto político nacional.

No primeiro capítulo será discutido o processo de constituição de classes sociais, encarado principalmente de acordo com duas perspectivas, uma de caráter hierarquizante e weberiano, representada aqui pelo trabalho de Erik Olin Wright, e a segunda uma perspectiva historicista, representada por Thompson. No segundo, a discussão progride para estudar, com uma retrospectiva histórica, a relação de interdependência estrutural da classe agrária brasileira, o agronegócio, com o Estado capitalista brasileiro. No terceiro capítulo, será discutida a natureza da relação do agronegócio constituído enquanto classe com o Estado brasileiro, juntamente com análises empíricas atuais de como ocorre tal relação política entre ambos os agentes.

# 1 - CLASSE SOCIAL: DISCUSSÃO E CONCEITUAÇÃO

A conceituação de classe social na tradição marxista é permeada por diferentes interpretações, por vezes conectadas a outras tradições de pensamento que excedem a tradição marxista, como a weberiana. Aqui as duas principais perspectivas levadas em consideração serão o conceito de classe social de Thompson e Erik Olin Wright, porém também serão discutidos conceitos de outros autores.

Uma discussão a respeito da relação atual do agronegócio com o Estado brasileiro passa necessariamente pela reflexão acerca do significado do conceito de classe social na literatura. Tal discussão, contudo, é perpassada por diferentes interpretações que levam a entendimentos diversos sobre fenômenos sociais, econômicos e políticos ligados à questão das classes sociais.

Longe de querer esgotar a discussão ou mesmo sintetizar na totalidade os argumentos usados em cada lado do debate, aqui se pretende em verdade realizar uma recapitulação dos principais conceitos que possam ser úteis para o desenvolvimento deste estudo, independentemente da orientação que cada autor possa seguir, seja ela historicista, weberiana, marxista ortodoxa, ou outra.

Nesse sentido, o que é aqui procurado é utilizar de diferentes maneiras ideias e conceitos que possuam capacidades explicativas diferenciadas, enriquecendo a proposta de análise do trabalho: caracterizar e compreender o agronegócio como classe social coesa, consciente e organizada politicamente, e caracterizar de que maneira se processa sua relação histórica de interdependência com o Estado brasileiro e a política nacional.

Dentre essas divergências conceituais entre diferentes autores propostos, a principal divergência aqui explorada será entre a interpretação de Erik Olin Wright e Thompson, com uma retrospectiva contando com a interpretação de outros autores como guia. Enquanto Wright (2015) parte de um pressuposto marxista, porém com elementos weberianos em sua análise, procurando construir tipos ideais para melhor descrever a realidade da estrutura de classes, Thompson (1989) possui uma formação ligada ao historicismo, e procura enxergar a questão da constituição das classes sociais em seu fazer histórico, ligada ao processo dos próprios antagonismos de classe.

As divergências entre os autores, portanto, são sumariamente expressas pela escolha entre objetividade ou subjetividade como maneiras de perceber e definir os fenômenos sociais. Por um lado, o enfoque historicista de Thompson (1989) se coloca contra a definição formal de tipos ideais e por uma conceituação subjetiva, enquanto Wright (2015) prefere apostar em uma definição mais concreta e objetiva.

Essas diferenças sobre a própria capacidade do pensar sociológico, científico e político residem em uma divergência epistemológica que não será discutida a fundo, mas que debate a possibilidade de se alcançar a realidade enquanto ela própria no fazer científico, ou se este apenas existe enquanto conceituação produzida pelo pensar humano.

Para uma compreensão mais nítida, contudo, tal debate conceitual entre os dois autores mencionados, é necessário traçar um histórico do conceito de classe na tradição marxista desde quando era concebida pelos próprios autores que fundaram a tradição, Marx e Engels.

Os primeiros pensadores a conceituarem classe social foram os próprios Marx e Engels. Contudo, segundo o entendimento de Pereira (2003), tais autores pouco se aprofundaram sob o tema das classes sociais, apesar de tal noção poder ser facilmente elencada enquanto uma das maiores contribuições de ambos às ciências sociais. A noção de classe para Marx da forma com que aparece em seus escritos, pode ser compreendida, todavia, enquanto uma percepção objetiva de classe social. Isso porque interpretam as classes sociais como uma realidade estrutural da sociedade, caracterizada pela exploração daqueles que possuem a propriedade dos modos de produção e aqueles que não os possuem. A história é então objetivamente a lutas das classes sociais antagônicas. Para Marx e Engels, então, a definição de classe social e sua existência independe e precede a consciência dos trabalhadores de sua própria exploração ou de sua existência enquanto classe (PEREIRA, 2003).

É verdade que Marx e Engels realizam uma distinção entre classe em si e classe para si, onde a classe trabalhadora primeiro existe estruturalmente enquanto classe aos olhos do capital, para então obter a consciência de sua condição e ser classe para si própria. Contudo, a classe social já está, para Marx e Engels, estabelecida antes do processo de tomada de consciência da classe trabalhadora. É no processo de tomada de consciência, no entanto, que a classe trabalhadora, para Marx e Engels, passa a se tornar de fato classe proletária e ser consciente de seu papel histórico, devido à realidade de exploração e subjugação que enfrenta (PEREIRA, 2003).

As mudanças na realidade europeia, no entanto, como a melhora da condição de vida da classe operária e o surgimento de movimentos social-democratas dentro do movimento operário, colocaram a definição marxiana da luta de classes em cheque, pedindo uma diferente definição do que seriam classes sociais. Uma das definições que, no entanto, continua inserida na tradição que passou a ser chamada de marxismo ortodoxo é a definição utilizada por Lênin, para o qual uma classe social é caracterizada pela posição que seus membros ocupam objetivamente em uma estrutura de produção. Para Lênin, inclusive, o Estado é resultado da luta material entre as classes antagônicas (LENIN, 2010).

Contudo, Lênin, apesar do mérito de manter uma interpretação baseada na interpretação clássica de Marx e Engels do que seriam as classes, não chega a discutir a problemática da consciência de classe em sua definição, deixando uma lacuna que seria preenchida por outros autores (PEREIRA, 2003).

Já Giorgi Lukács, a partir do fundo teórico leninista, procura expandir a definição de Lênin para incluir a consciência de classe em sua definição de classe social. Lukács introduz uma distinção entre consciência falsa e consciência verdadeira da classe trabalhadora, afirmando que a constituição plena do proletariado apenas será completa com a realização do proletariado em sua consciência verdadeira, destacada da consciência falsa presente nos pensamentos reais de cada trabalhador (LUKÁCS, 1967).

A definição de consciência dada por Lukács (1967) é interessante para a presente discussão. Tendo consciência da diferença entre os pensamentos reais de cada indivíduo na sociedade e a noção de consciência de classe, Lukács escreve que a consciência de uma classe não pode ser simplesmente a soma dos diversos pensamentos reais das pessoas, ou mesmo uma média destes. O que pode ser dito, no entanto, é que as ações históricas significantes para uma classe social são determinadas por essa consciência – e essas próprias ações, retrospectivamente, apenas podem ser compreendidas em referência à essa mesma consciência de classe compartilhada. A consciência de classe, para Lukács, consiste nas reações racionalmente imputadas e apropriadas para um indivíduo em uma posição determinada na estrutura de produção material em uma dada sociedade. É evidente que essa reação é diversa de indivíduo para indivíduo, mas tende a compartilhar traços que levam a uma ação histórica significativa (LUKÁCS, 1967).

O que interessa na discussão sobre consciência de classe, para Lukács, é uma relação entre "a totalidade econômica objetiva, a consciência de classe imputada e os pensamentos reais e

psicológicos de cada indivíduo sobre sua própria vida, (…) é a função prática e histórica da consciência de classe." (LUKÁCS, 1967, opus cit., Class Consciousness).

Lukács é, contudo, criticado por introduzir um elemento metafísico em sua concepção de consciência, ao acreditar que a "consciência verdadeira" do proletariado seria ser alcançada por meio da introdução desta consciência sobre o proletariado por meio da vanguarda de um partido (PEREIRA, 2003). Lukács escreve, contudo, que a superação da lacuna entre a consciência falsa e imediata da classe trabalhadora e a realização de sua consciência verdadeira acontece por meio de um processo de autocrítica e de desenvolvimento histórico da própria classe e do movimento revolucionário. O alcançar da consciência verdadeira, para o entendimento do próprio Lukács, não é, consequentemente, um salto metafísico, mas sim uma realização concreta de um processo histórico autônomo por parte da classe trabalhadora (LUKÁCS, 1967).

Como expõe Pereira (2003), após o fim do stalinismo na União Soviética e com o início de reformas iniciado no país em 1956, contudo, inicia-se no ocidente um movimento que pretende se destacar do marxismo soviético por acreditar que suas interpretações eram demasiadamente economicistas, determinantes e doutrinariamente comprometidas com a herança stalinista. É nesse contexto que o trabalho de Edward Thompson, historiador inglês de destaque conhecido pelo seu trabalho sobe o desenvolvimento do movimento operário inglês no século XVIII e XIX, começa a ganhar exposição nos círculos marxistas (PEREIRA, 2003).

Thompson (1989) evita trabalhar com categorias imutáveis e tipos ideais para pensar as classes sociais, preferindo entender classe social em primeiro lugar a partir do que significa a própria luta de classes. Para Thompson, é no processo de luta de classes e de confronto social ligado à distribuição material em uma sociedade que as pessoas inseridas nesse processo se percebem enquanto partes constitutivas de classes sociais. O processo histórico, ou seja, a luta de classes, para Thompson, precede a definição estática do que seria uma classe social.

Contudo, tal definição, segundo a crítica de Duarte Pereira (2003), possui a falha de se basear em uma tautologia. Como podem as classes sociais serem definidas pela própria luta entre elas? A forma de sair de tal impasse, contudo, é presente na própria obra de Thompson.

A resolução que Thompson (1989) coloca é definir classe social a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos na luta social. Devido a isso, o entendimento de Thompson encontra na auto identificação de cada sujeito enquanto pertencente a uma classe a comprovação máxima da

realidade estrutural da existência real das classes em uma dada sociedade e momento histórico. Por isso, a conceituação preconizada por Thompson pode ser categorizada como sendo primariamente *subjetiva,* não por ser inexata –como vulgarmente é utilizado tal termo-, mas sim porque a definição de classe depende tanto da identificação quanto do comportamento social dos sujeitos em questão.[1]

Ou seja, se pessoas historicamente possuem comportamentos e interesses que são tradicionalmente compartilhados por uma parcela da população, e esses interesses e comportamentos são inseridos em um contexto de luta e conflito social com relação com a produção material, então essa parcela se constitui enquanto classe social – tendo, portanto, implicações estruturais sobre a sociedade em que se insere.

Classe social para Thompson, possui sua determinação mais fundamental, portanto, baseada nos próprios sujeitos. Classe social é um fenômeno determinado histórica e subjetivamente (THOMPSON, 1989).

Devido a essa forma de compreender a realidade social, Thompson rejeita a noção presente na obra de Wright de que classes sociais e outros conceitos são apenas ferramentas epistemológicas utilizadas para se interpretar a realidade social. Para Thompson, a realidade social é constituída, organizada por classes sociais e suas visões de mundo, antes mesmo da noção de classe social ser concebida teoricamente (THOMPSON, 1989).

Ao passo que Thompson apresenta a interpretação acima exposta, Wright (2015) procura afirmar uma noção concorrente de classe social. Para Wright (2015), a realidade social é complexa a ponto de não ser apreensível em sua totalidade por conceitos como o de classe social. Noções como luta de classes ou estrutura de classes são úteis para entender diversos fenômenos, mas podem ser inúteis para compreender ou descrever outros aspectos da realidade segundo Wright (WRIGHT, 2015).

Por isso, e ainda lembrando do fato de que a agencia de indivíduos pode ser perpassada por diferentes questões além do que se chamaria analiticamente de um comportamento de classe[2], Wright prefere ignorar qualquer processo de auto identificação subjetiva em sua conceituação de

[1] Thompson procura com isso fugir ao determinismo economicista e objetivista que via na interpretação do marxismo soviético a respeito das classes sociais (PEREIRA, 2003).

[2] O que Lukács já havia notado e denominado de "pensamentos reais" de cada pessoa, assumindo que a totalidade do pensamento de cada indivíduo não é absolutamente determinada pelos mecanismos de dominação e opressão de classe (LUKÁCS, 1967).

classes sociais, recorrendo a uma tipologia de caráter objetivo –tratando as classes sociais como elementos constitutivos da realidade. Enquanto que para Thompson (1989), classe é definida *subjetivamente*, para Wright (2015) classes sociais devem ser compreendidas *objetivamente.*

Essa diferente perspectiva, por outro lado, permite a Wright (2015) a incorporação em sua análise de elementos que extrapolam a realidade puramente material das classes sociais, como questões políticas e relativas à autoridade. Isso porque para Wright (2015) o elemento mais essencial para se entender o conceito de classes não é, como em Thompson (1989), a história ou a luta de classes, mas sim a estrutura de classes, pois esse conceito, em sua percepção, transmitiria a noção essencial da concepção de classe, aplicável em diversos contextos. Em suas próprias palavras:

> (…) o conceito de estrutura de classes transmite o conteúdo essencial da adjetivação "de classe" quando esta é atribuída a "formação", "consciência" e "luta". A formação de classes é a formação de atores coletivos organizados em torno de interesses de classe, dentro de estruturas de classe; a luta de classes é a luta entre esses atores coletivamente organizados por interesses de classe; consciência de classe é a compreensão, por pessoas dentro de uma classe, de seus interesses de classe. Em cada caso é preciso já ter uma definição de estrutura de classes antes de poder especificar totalmente os outros conceitos. (WRIGHT, 2015, p. 124)

O conceito de estrutura de classes para Wright (2015), todavia, se baseia na noção marxista de exploração. O autor problematiza o uso do termo exploração por julgar que tal palavra carrega um julgamento moral a respeito do caráter correto ou não, justo ou não, da exploração. Em outras palavras, o autor coloca que ao se usar o termo exploração para designar uma dada situação, imediatamente a posição adotada é de condenar moralmente tal exploração. Para contornar tal problema, o autor procura conceituar exploração de uma maneira totalmente objetiva, recorrendo à noção de expropriação ou apropriação de riqueza de uma parcela da população por outra. Tal conceito, em sua concepção, é puramente objetivo e não fundado em valores de nenhum tipo, não carregando consigo julgamento moral algum (WRIGHT, 2015).

Esse conceito de exploração expropriação do excedente é comum na tradição marxista. O que Wright faz de inovador é definir exploração a partir da expropriação de esforço, pois segundo seu raciocínio, o capitalista e proprietário sempre deseja que o trabalhador se esforce mais em seu trabalho do que ele está disposto a fazer (WRIGHT, 2015).

Wright (2015) entende, portanto, que é necessário entender as motivações e problemáticas individuais das pessoas inseridas no processo de produção. A partir disso, coloca que é necessária uma tipologia de classes sociais que permita dois tipos diferentes de análise: uma análise da variação das estruturas de classe em diversas sociedades e épocas diferentes, e em segundo lugar, uma análise das formas com que as vidas individuais são afetadas cotidianamente pela estrutura de classes em uma dada sociedade.

A tipologia de classes de Wright consiste, em sua forma mais complexa, em diferentes distinções baseadas em critérios como número de subordinados, especialização, qualificação e exercício ou não da autoridade. A classe de proprietários pode ser dividida, assim, entre capitalistas de fato -proprietários que exercem autoridade sobre um grande número de funcionários - , pequenos proprietários que empregam e tem autoridade sobre um pequeno número de empregados, e, por fim, pequeno-burgueses que são autônomos e não possuem empregados (WRIGHT, 2015).

A classe trabalhadora, por outro lado, pode ser dividida de acordo com as qualificações de cada indivíduo e posição hierárquica na produção. Se um assalariado é responsável por um grande número de trabalhadores, é um gerente. Se é responsável por um pequeno número, é considerado um supervisor, e se não possui autoridade sobre ninguém, é apenas trabalhador. As três categorias, contudo, podem variar de acordo com o nível de especialização e qualificação de cada indivíduo, podendo existir gerentes qualificados, especializados ou não qualificados. Já o termo especialista, de uso comum na linguagem informal e nos meios de comunicação, é utilizado por Wright para se referir a trabalhadores especializados (WRIGHT, 2015).

Essa tipologia de classes constitui, nas palavras de Wright (2015), uma tentativa de conciliar a visão de classe marxista e a weberiana, uma vez que o entendimento corrente de que seriam interpretações concorrentes sobre as classes sociais, para a opinião do autor, é equivocado. O autor defende que a concepção marxista é focada na realidade da posição na produção material e a relação do indivíduo com as estruturas de exploração, enquanto que a tendência weberiana tende a ressaltar o papel do mercado e as chances de um indivíduo se integrar nesse espaço (WRIGHT, 2015).

Devido a essa tipologia de classes de dupla função e utilidade, Wright consegue distinguir entre membros de uma mesma classe social em termos de sua especialização ou posição hierárquica na produção material. Por exemplo, Wright decide por diferenciar a classe trabalhadora, para além da relação com os modos de produção, segundo os critérios de autoridade na produção e a sua posse

ou não de qualificações e o conceito de estrutura de classes transmite o conteúdo essencial da adjetivação "de classe" quando esta é atribuída a "formação", "consciência" e "luta" (WRIGHT, 2015).

Sobre a autoridade, Wright coloca que trabalhadores que ocupem posições de gerencia em uma cadeia produtiva possuem privilégios em relação aqueles que são seus subordinados, pois também se apropriam de parte do valor e riqueza produzida pelos trabalhadores hierarquicamente inferiores a ele. Contudo, os gerentes ainda são sujeitos a sanções como demissões e estão sujeitos à autoridade do capitalista, por isso ocupam, segundo Wright (2015), uma posição de classe contraditória, ao mesmo tempo com características burguesas e operarias. Essa noção de contradição interna é relevante para o presente trabalho, uma vez que a classe do agronegócio se situa em uma encruzilhada histórica entre o empreendedor capitalista e o terratenente rentista, criando uma posição de classe com características tanto burguesas quanto latifundiárias (COSTA, 2012).

Já a especialização e a qualificação atuam de tal maneira que tanto gerentes quanto trabalhadores podem ser afetados por ela. Ou seja, um trabalhador pode ser especializado sem ser gerente, ou um gerente também pode não ser especializado e não ter qualificação especial. Contudo, trabalhadores com especialização partilham do mesmo tipo de privilégio que gerentes, se comparados a trabalhadores sem especialização alguma (WRIGHT, 2015).

A aplicação dessa tipologia ao agronegócio brasileiro pode ser feita tendo em consideração a observação feita por Wright, segundo a qual a tipologia de classe tanto marxista quanto weberiana fogem da classificação formalista e simplista comum nos meios de comunicação de massa -baseada apenas no poder aquisitivo de um grupo populacional. Ambas as interpretações mencionadas seguem uma lógica relacional, pois definem classe social a partir das relações de certos grupos em relação com outros (WRIGHT, 2015).

É de suma importância lembrar que a utilização da tipologia de Wright, para além de oferecer um horizonte de classificação heterogênea do próprio agronegócio, também é útil ao descrever aquelas classes que não fazem parte do agronegócio. Analogamente, por exemplo, à maneira como Wright classifica as classes proprietária e trabalhadora, incluindo a categoria de pequeno-burguês, é necessário destacar a presença que têm os pequenos proprietários rurais na estrutura fundiária brasileira. Esse grupo não é entendido aqui como parte da classe social do agronegócio, uma vez que sua condição de distanciamento do processo decisório, sua exclusão das

organizações e articulações políticas dos ruralistas e a existência inclusive de conflitos entre pequenos proprietários e grande ruralistas, por exemplo quanto à questão da reforma agrária, evidencia o caráter contraditório dos dois grupos (SAUER, 2008).

Por fim, a partir dessa reflexão sobre o carácter diverso e multi estratificado das classes sociais, é possível enxergar o agronegócio de maneira que seja descrita e compreendida os diversos estratos dessa classe e seus diferentes papeis na atuação política do agronegócio.

O intuito aqui não é realizar uma descrição exaustiva e detalhada dessa orquestração política, mas sim de fazer este estudo empírico na medida de demonstrar a relação do agronegócio com o Estado brasileiro e caracterizá-la como autoritária ou autocrática, nos termos de Florestan Fernandes (1975), estrutural, como para Poulanzas, mas ainda entendendo a natureza coordenada, sistemática e, principalmente, plural e multilateral do agronegócio e de sua movimentação política junto à arena institucional brasileira (PERISSINOTTO, 1996).

### 1.1 - Comparação Conceitual

Em primeiro lugar é possível destacar a distinção entre objetividade e subjetividade, que se manifesta nas compreensões divergentes de Thompson (1989) e Wright (2015) a respeito do que constituiria uma classe social. Para o primeiro, devido à sua herança teórica vinda do historicismo, a constituição de uma classe social ocorre em seu acontecer histórico.

Derivado da discussão exposta, o debate sobre classes sociais dentro da tradição marxista se situa em uma divisão relevante dentro da sociologia a respeito do caráter ontológico das categorias utilizadas: se por um lado, noções como classe ou dialética são conceitos que existem materialmente na sociedade e na natureza, ou se são abstrações e conceitos existentes apenas no pensamento humano, utilizados para compreender a realidade social ou sua relação com a natureza. Esse debate toma forma na sociologia contemporânea, como descrito por Margaret Archer, na noção de dualismo analítico, que postula uma contradição entre visões estruturalistas e voluntaristas ou individualistas de processos sociais (VANDENBERGHE, 2005).

Assim sendo, a análise de classes aqui desenvolvida não se propõe a reduzir todos os fenômenos sociais dos períodos analisados a classes, estruturas e suas relações, mas procura afirmar que a análise de classes carrega uma capacidade explicativa importante que deve ser levada em consideração no estudo de muitas de problemáticas (WRIGHT, 2015).

Portanto, não se entende aqui que as noções de classe agrária, dominação autocrática ou outros conceitos utilizados representem estruturalmente uma realidade social e política, mas sim que são formas de se entender relações sociais e estruturas políticas, essas sim, reais. A tese principal, portanto, é de que o agronegócio possui características suficientes para ser lido teoricamente enquanto classe social, devido ao comportamento daqueles que integram tal grupo e às relações estruturais com o Estado brasileiro.

Isso não significa, contudo, que a elementos como a consciência de classe daqueles que integram a classe social não esteja presente. Como será visto, a organização política do agronegócio é suficiente para indicar este fato. Com isso, é importante ressaltar que o segmento do debate que considera as classes sociais como uma realidade estruturante por si possui uma contribuição essencial para o desenvolver deste trabalho. Tal ideia é a noção do fazer histórico das classes sociais, como ressaltada por Thompson. Thompson (1989), como veio sendo aqui discutido, critica a ideia de que as classes sociais existem apenas no pensamento humano, pois para o autor isso seria uma racionalização falsa que leva necessariamente a uma visão estática do que são as classes, ou seja, não levando em consideração processos históricos de constituição dessas classes (THOMPSON, 1989).

É verdade que uma visão estática das classes sociais não é verossímil, sendo até mesmo inapropriada para o trabalho aqui desenvolvido, tendo em vista a dimensão temporal que pretende ser coberta. Contudo, entendemos que não é necessário um entendimento das classes sociais como classes objetivamente existentes na realidade para considerar seu papel histórico. Os conceitos e ideias sobre a sociedade humana se transformam com o tempo, assim como a realidade. A utilização do método dialético para se compreender as classes sociais não necessita necessariamente, portanto, de uma afirmação ontologizante sobre a realidade estrutural de tal categoria utilizada. Se trata, dessa forma, de descrever aspectos da história da ocupação do interior do país, mas fazê-lo de maneira dinâmica e sensível, ressaltando a causa das problemáticas políticas que são hoje enfrentadas devido aos conflitos ligados à ocupação da terra e ao agronegócio e a relação desses conflitos com o Estado brasileiro, levando em consideração tanto categorias analíticas quanto a visão dos próprios sujeitos sobre o processo histórico.

Por conseguinte, enquanto Thompson (1989) apresenta contribuições importantes para o debate no que diz respeito à faceta histórica da constituição das classes sociais, necessária em um trabalho que propõe uma reflexão histórica como parte integrante de sua metodologia, o

entendimento de Wright (2015) se relaciona com a autoridade e a aspectos políticos relevantes ao trabalho de maneira a explicitar elementos da orquestração política da classe social do agronegócio juntamente ao Estado brasileiro na atualidade.

O trabalho aqui desenvolvido procura, portanto, adotar um ponto de vista que adote contribuições de ambos os segmentos do debate, a fim de alcançar, em seu concluir, uma perspectiva mais completa e próxima da realidade.

Outra questão que merece a atenção desse debate é a contenda envolvendo defensores do conceito de elite ou de classe social. Naturalmente, a distinção reside sobre defensores e adeptos da tradição marxista, que optam por utilizar o conceito de "classe social" para descrever a realidade pois acreditam na união daqueles que controlam os meios de produção em um único grande grupo que, ainda que seja plural e apresente contradições internas e divergências, forma um grupo coeso com interesses específicos sobre sua posição da estrutura econômica de uma dada sociedade. Já estudiosos com tendências mais liberais ou adeptos da tradição da teoria das elites, perspectiva iniciada durante a primeira metade do século XX por autores como Gaetano Mosca, Michels e Paretto, acreditam que a pluralidade de diferentes *elites* torna a união de todas elas em uma única classe social algo impossível. Em verdade, a criação do termo "elite" se deu, pelos estudiosos depois chamada de teoria das elites, em contraposição ao conceito marxista de classe social (BARNABÉ, 1999).

O conceito de elite é, portanto, mais analiticamente útil para descrever poderes locais e estruturas de poder mais pulverizadas, plurais. Esses autores, todavia, não chegam, em sua análise, a explicar a ligação entre o poder econômico e o poder político. Por essa falha, é imprescindível que uma análise totalizante seja empreendida a respeito do fenômeno da dominação política, interligando a hegemonia de um grupo na economia à dominação política exercida em determinada época (BARNABÉ, 1999).

O trabalho de Ralph Miliband, no entanto, foi importante no sentido de conciliar ambas as concepções concorrentes acima citadas. Para Miliband, classe social e elite não são conceitos rivais, mas sim complementares. O autor reconhece a pluralidade de elites existente na sociedade capitalista, porém afirma que de forma alguma tal pluralidade impede a formação de uma classe social dominante e com interesses coesos que, no contexto das lutas sociais e políticas, superam suas divergências e contradições em nome de uma agenda em comum (BARNABÉ, 1999).

A ligação que Miliband estabelece entre as elites políticas, plurais e dispersas, e a classe capitalista, ou as classes dominantes economicamente, é a de que o recrutamento social das elites acontece entre as classes capitalistas, sejam elas "classe alta" ou "classe média". Em outras palavras, pessoas trabalhadoras quase nunca passam a fazer parte da elite estatal. As únicas classes cujos membros podem com facilidade realizar tal movimento, são justamente as classes capitalistas (MILIBAND, 1972).

Tal concepção implica na ideia de que Miliband, realidade, reconhece, que não existe uma correspondência absoluta e direta entre a classe capitalista e as elites políticas dirigentes. Contudo, é inegável que as classes capitalistas e seus interesses, devido à forma com que o recrutamento das elites políticas ocorre, estão super-representadas junto ao Estado em sociedades capitalistas (MILIBAND, 1972).

A distinção entre elite e classe econômica dominante é importante para o presente trabalho. Não obstante, principalmente nos períodos históricos mais distantes e devido às particularidades de uma formação histórica economicamente subalterna e dependente, como é a constituição histórica do Brasil, ambos os conceitos se confundem, de maneira que as elites, em um contexto de uma estrutura estatal altamente patrimonialista e eminentemente colonial, se constituem em um contexto de alta sobreposição com as classes econômicas dominantes, quase ao nível da mera coincidência: a classe econômica dominante é a elite política reinante. Tal relação, contudo, tende a se complexificar ao longo do desenvolvimento do Estado brasileiro, mas sempre mantendo uma estreita relação das classes latifundiárias com o Estado e as elites estatais (FERNANDES, 1975).

É importante ressaltar também que a concepção de hegemonia política, que procura aqui ser comprovada do agronegócio sobre o Estado brasileiro, possui diferentes facetas. Por um lado, como discorre Poulantzas, há uma relação estrutural que precede as racionalizações dos diferentes agentes políticos, tanto a burocracia estatal, tanto elites econômicas. Por outro, existe processos conscientes de luta por uma hegemonia política por um certo grupo da sociedade. É esse processo que é caracterizado por ser propriamente político, pois envolve uma intencionalidade por parte dos agentes envolvidos. Em outras palavras, a existência da hegemonia se constitui em primeiro lugar, devido a posições de classe objetivas e de poder econômico, e em segundo lugar, se exerce a hegemonia, por meio de diversos mecanismos como alianças ou conflitos com outros setores dominantes (PERISSINOTTO, 1996).

O presente trabalho pretende trabalhar ambos os processos, de maneira a evidenciar a posição de destaque material das elites agrárias e do agronegócio nacional, como ressaltar quais mecanismos políticos são utilizados para manter sua dominação.

## 2 - CLASSE AGRÁRIA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E ATUALIDADE

Uma relação de interdependência entre uma estrutura estatal e determinada classe social não acontece de maneira destacada historicamente. Nessa seção do trabalho, o objetivo é traçar uma breve trajetória histórica que explicite os movimentos de promiscuidade, proximidade e dependência entre a classe latifundiária que ocupou o país desde o início da colonização, e de outro lado, a estrutura estatal caracterizada por formas de dominação autocrática e colonial.

Assim, dentro de uma perspectiva histórica, é possível afirmar que a modernização do campo brasileiro ocorreu por meio de um processo de mudança gradual e de relativa manutenção da estrutura agrária colonial brasileira, marcada pela grande propriedade e pela concentração fundiária. Esse entendimento dá o fundamento para a associação da elite política brasileira com as elites agrárias, uma vez que o poder político se constitui, dentre outros elementos, uma derivação institucionalizada do poder econômico (FERNANDES, 1975; FAORO, 2012).

Como Florestan Fernandes coloca em seu ensaio A Revolução Burguesa no Brasil (1975), o capitalismo brasileiro surgiu de maneira dual: de um lado, existia o modo de produção caracterizado pela produção escravista, baseado na grande propriedade e na economia de exportação. De outro, a ascensão dos centros urbanos e das classes medias liberais, assim como a presença de escravos alforriados permitia o nascimento de uma economia de mercado em um contexto urbano (FERNANDES, 1975).

Contudo, a expansão dessa segunda economia sempre foi limitada pela estrutura fundiária do país, eminentemente latifundiária e escravista, que impediu por muito tempo a formação de um mercado interno capaz de alimentar a produção de bens manufaturados no país. Esse processo impede a fomentação da economia capitalista urbana no Brasil, mantendo uma estrutura fundiária colonial e uma economia de mercado dependente do que Florestan chama de modo de produção colonial (FERNANDES, 1975).

Em verdade, Florestan chega a afirmar que os homens do chamado “alto comércio”, que eram a classe dirigente do capitalismo urbano em ascensão no Brasil, se identificavam com as classes agrárias aristocráticas, ao invés de se contraporem às camadas da elite da velha sociedade, o que seria o processo normativo no desenvolvimento de economias capitalistas e revoluções burguesas.

Isso levou a um processo que, nas palavras do autor, envolveu a *modernização máxima com a descolonização mínima.* Ou seja, a modernização da economia brasileira se deu de maneira a acompanhar os desejos da classe agrária colonial, ansiosa por manter sua condição de classe dominante em um contexto internacional que exigia a dissolução de aristocracias e o advento do mundo burguês no país (FERNANDES, 1975).

A história da ocupação do interior do país vai ao encontro do relatado. A ocupação baseada em doações de grandes parcelas de terra no interior, conhecidas como sesmarias, a partir do início do século XVII, a grandes fazendeiros para a criação de gado e agricultura, em primeiro lugar, evidencia a proximidade das elites agrárias com o governo colonial. Como coloca Paulo Bertran (2011):

> Quando debordaram porém para os sertões carrasquenhos, começaram [as sesmarias] a ser realmente enormes, da ordem de 324 quilômetros quadrados cada uma. Pior do que isso, começaram a ser requeridas em sequência e em bloco pelos mesmos sesmeiros e seus herdeiros (BERTRAN, 2011, p. 183)

A partir do final do século XVII, a Coroa passou a procurar limitar o tamanho das propriedades doadas em sesmarias, uma vez que o número de latifundiários era, até mesmo para os olhos da Coroa Portuguesa, demasiadamente restrito. Uma dessas tentativas foi a criação da lei de 1744, que procurava limitar o tamanho das sesmarias dadas pela Coroa a "não mais do que meia légua de terra, com duas léguas de fundo"[3]. Todavia, muitas vezes, principalmente nas regiões mais distantes do país, Goiás e Mato Grosso, a ocupação da terra continuava a obedecer regras consuetudinárias, com pouquíssimas propriedades sendo de fato legalizadas pela Coroa e suas novas regras restritivas (BERTRAN, 2011).[4]

Bertran ainda ressalta um dado histórico de relevância: regiões diversas do interior brasileiro foram historicamente ocupadas por atividades econômicas também diversas. A saber, a

[3] Bertran, opus cit, 2011. A extensão máxima da sesmaria formalmente estabelecida pela lei de 1744 equivaleria a aproximadamente 36 quilômetros quadrados.

[4] Muitas terras na região do planalto central, região de expansão atual do agronegócio, eram doadas como sesmarias pela Coroa ou diretamente pela capitania de São Paulo (entre 1722 e 1748), antes da aplicação da lei de 1744 que limitava o tamanho das terras. Bandeirantes e exploradores da região eram, por exemplo, congratulados com grandes extensões de terras por realizarem expedições de *desinfestação*, significando que as sesmarias eram doadas para aqueles que eram bem sucedidos em exterminar as populações indígenas interioranas (BERTRAN, 2011).

região de Minas Gerais foi ocupada ao longo do desenvolver da atividade econômica da mineração, já regiões mais ao norte e oeste como Goiás e o atual Tocantins, tiveram a pecuária como forma primária de atividade econômica praticada, enquanto que outras áreas tiveram a agricultura como principal fator econômico. A pecuária permitia uma mobilidade social menor do que a mineração, mas maior do que a agricultura baseada em trabalho escravo (BERTRAN, 2011).

Era clara, contudo, desde o século XVIII, a contradição existente entre atividade da mineração e a agropecuária. Ou a mão de obra escrava era concentrada nas minas, ou era utilizada para cuidar dos pastos e plantações. A solução encontrada à época para viabilizar ambas as atividades econômicas foi o estabelecimento de grandes fazendas de engenhos e outras com grande produção pecuária, que economicamente sustentavam a população dos arraiais regionais, de onde a mão de obra para a mineração saía (BERTRAN, 2011).

A partir disso, é possível extrair claramente que a Coroa portuguesa possuía uma influência regional na ocupação de terras no interior, porém tal influência passa a ser ofuscada pela dominação dos latifundiários das regiões mais interioranas do Brasil. Como discorre Faoro (2012), contudo, a partir do início do século XIX a desaceleração econômica faz com que os latifundiários passem a enxergar a ingerência da Coroa portuguesa na economia brasileira como algo negativo para seus próprios interesses. É esse incômodo, juntamente à incorporação de ideias liberais francesas pela classe latifundiária, que prepara o caminho para a independência do país.

> Liberalismo, na verdade, menos doutrinário do que justificador: os ricos e poderosos fazendeiros cuidam de diminuir o poder do rei e dos capitães-generais apenas para aumentar o próprio, numa nova partilha de governo, sem generalizar às classes pobres a participação política (FAORO, 1958, p. 283)

O Estado brasileiro é constituído, assim, entre outros processos, por uma contradição entre os interesses da Coroa Portuguesa de manter seu domínio territorial e político, e por outro lado, pelos interesses particulares das elites e classes terratenentes (FAORO, 2012).

Os processos políticos de outrora, como a distribuição de terras nas regiões interiores do país, se fossilizam em estruturas de dominação e interdependência que atravessam séculos, determinando a ação de agentes políticos futuros, se inserindo como elementos inconscientes em sua consciência de classe, seja ela consciente de si ou não (PERISSINOTTO, 1996). É esse movimento histórico que constitui o que aqui é denominada de estrutura de interdependência entre o Estado e o que vem a ser o agronegócio séculos mais tarde.

A forma de dominação política senhorial e aristocrática, típica desse modo de produção colonial no Brasil, baseado no latifúndio e na mão de obra escrava, entretanto, tende a lentamente ser substituída por uma ordem social competitiva e burguesa devido a pressões internas e externas que exigiam a modernização da estrutura social e política do país. Todavia, a ordem burguesa estabelecida ainda permanece particularmente aristocrática. Em outras palavras, aristocracia colonial é superada, mas substituída por uma aristocracia burguesa, que incorpora os mesmos elementos da aristocracia colonial, mantendo a estrutura agrária do país e os valores autocráticos de sua elite (FERNANDES, 1975).

Todo esse processo se dá de maneira que é caracterizado por Florestan Fernandes como a dupla articulação. Tal conceito formulado por Florestan pretende incluir, em seu significado, tanto, por um lado, a dependência estrutural nacional do mercado externo estrangeiro e das necessidades econômicas das grandes potências, ou seja, uma relação de dependência internacional do país às economias centrais, quanto a realidade do desenvolvimento interno desigual, definido precisamente pelo desenvolvimento dos dois modos de produção concorrentes no Brasil colonial já mencionados – o escravista e colonial, de um lado, e o concorrencial e urbano, de outro (FERNANDES, 1975).

Disso é possível extrair que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil sempre se deu de forma dependente em relação às relações de produção colonialistas estabelecidas no campo dentro do próprio país. Ainda mais que isso, as estruturas agrárias brasileiras estabelecidas, assim como o incipiente capitalismo urbano no país, representam não a exclusão do país das relações de produção mundiais, mas na realidade é a forma específica da integração brasileira à economia mundial, o que estabelece uma dependência do país ao comercio mundial baseada na ocupação aristocrática da terra (FERNANDES, 1975).

É a presença da dupla de articulação que faz da dominação burguesa no Brasil uma dominação eminentemente despótica, pois resulta na articulação da classe capitalista brasileira com as práticas políticas da elite agrária que historicamente domina os rumos da economia e da sociedade nacionais (FERNANDES, 1975).

O movimento histórico que pretende ser aqui narrado é que tal dependência do capitalismo brasileiro das relações retrógradas de produção, assim como de promiscuidade entre as elites agrárias de outrora e o governo colonial, hoje se traduz também em termos de uma dependência do Estado brasileiro da agricultura mecanizada capitalista, que apesar de ser um modelo de agricultura

importado e de fato representar em muitas dimensões uma ruptura com o modelo de agricultura anterior, em termos de aplicação de novas tecnologias, por exemplo, reproduziu um padrão histórico de dependência do Estado com a estrutura fundiária e suas classes dominantes, mantendo o processo que Pires (2009) denomina de modernização conservadora.

Em outras palavras, assim como a instauração da ordem social competitiva e do capitalismo urbano no Brasil foi marcada por uma ruptura com a ordem social colonial e pela a manutenção do aspecto aristocrático da sua dominação e sua estrutura agrária, como colocou Fernandes (1975), o advento do agronegócio e da agricultura mecanizada no país ocorreu de maneira a modernizar a produção, mas sem realizar de fato uma ruptura com as relações de produção e padrões de ocupação da terra de outrora, preservando os mesmos aspectos definidores da ordem social anterior: a estrutura agrária arcaica e a dominação política autocrática da classe agrária brasileira.

É importante, por isso, perceber como os elementos autocráticos e autoritários continuam atuantes hoje em dia, sendo parte de como a elite agrária brasileira se comporta politicamente junto à arena institucional.

Os anos de transição entre uma economia escravista para uma economia baseada no trabalho assalariado foram liderados pela produção cafeeira do Sudeste brasileiro. A partir das últimas décadas do século XIX até a crise internacional de 1929, a economia brasileira contou com um complexo mecanismo de proteção da produção cafeeira e dos interesses dos empresários do setor. A superprodução de café acarretava uma baixa nos preços internacionais do produto, dominado pelos produtores brasileiros. O governo, com isso, adotava medidas de valorização do café para manter a lucratividade do negócio, que consistia na compra, pelo governo, usando empréstimos estrangeiros, do excedente da produção cafeeira, valorizando assim o produto no exterior. É importante notar como os empréstimos eram sustentados por um imposto em ouro sobre a própria saca de café (FURTADO, 2005).

Ou seja, os oligarcas da cafeicultura aceitaram pagar um imposto ao governo brasileiro para que este tivesse como controlar a oferta e o preço do seu próprio produto no mercado exterior. Essa relação de clara dependência do setor cafeeiro do governo brasileiro é repetida em um contexto pós-revolução verde, mas com subsídios e perdões de dívidas, com o objetivo de estimular a produção agropecuária.[5]

[5] Inclusive o discurso utilizado pelo setor cafeeiro à época se assemelha ao discurso atual do agronegócio. Como descreve Perissinotto (1996), o discurso dos cafeeiros consistia em proclamar seu produto, o café,

Essa época chega a ser descrita por Perissinotto (1996) como um verdadeiro regime político oligárquico, visto que as elites cafeeiras foram capazes de selecionar seus interesses como os de maior prioridade dentro da estrutura estatal brasileira da época, relegando outros interesses presentes entre as próprias classes dominantes ao segundo plano ou até mesmo à exclusão da agenda governamental (PERISSINOTTO, 1996).

Todo o período do final do século XIX e primeira metade do século XX, em termos de organização política da classe agrária, viu o início de iniciativas de coordenação política ruralista, como a Sociedade de Agricultores Paulistas (SAP) e a posterior Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), também de São Paulo. Também houveram tentativas de se constituir o Partido da Lavoura, que acabou por ter suas demandas incluídas no PRP, Partido Republicano Paulista. Já na década de 20 surge a Sociedade Rural Brasileira (SRB), que surge para defender os interesses dos exportadores de carne e contava com frigoríficos internacionais, mas acabou por atuar por décadas defendendo os interesses do latifúndio (PERISSINOTTO, 1993).

Por outro lado, ainda durante o mesmo período histórico, a pauta da reforma agrária era mobilizada por diversas ligas camponesas por todo o país. Tais ligas apenas se tornam institucionalizadas, contudo, a partir da década de 1940 com a sua vinculação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, após o PCB ser colocado novamente na ilegalidade, as ligas camponesas foram fortemente reprimidas pelos próprios fazendeiros e oligarcas rurais (FERNANDES, M; 2014).

Já as décadas de 50 e 60, como coloca Pompeia (2018), foram marcadas pela ascensão da indústria nacional e do debate a respeito da reforma agrária. Com a ascensão da indústria e o papel crescentemente secundário do setor primário na economia brasileira, o discurso da necessidade de um novo modelo de agricultura começa a ser mobilizado para afirmar a proximidade necessária entre indústria e agricultura, alegando que as dificuldades econômicas do país se deviam à dita perda de vigor que o setor primário estava enfrentando (POMPEIA, 2018).

---

como de importância essencial para a economia nacional, do qual os outros estados e todo o bem-estar da economia nacional dependiam. Atualmente, a autoproclamação de grandeza levada a diante pelo agronegócio consiste em unificar todo tipo de atividade agropecuária como "agro", e em seguida insistir na sua primazia para a manutenção do superávit primário da economia ou do lugar elevado do Brasil entre as maiores economias do planeta. Esse discurso, utilizado desde o início da aplicação do termo "agronegócio" no Brasil, parece ter vasta aceitação entre a opinião pública, mesmo apesar de sua natureza completamente propagandística e parcial.

Para a resolução de dada problemática, duas correntes principais se formaram. Enquanto para uns, como Caio Prado Júnior, então ligado ao PCB, a questão deveria ser colocada em termos de uma questão agrária (que incluía perceber as necessidades de se reformar as relações social de produção no campo brasileiro a fim de permitir um melhor desenvolvimento rural e o aumento da renda média do trabalhador do campo), outros, como Delfim Netto, então pesquisador da USP, colocavam a problemática em termos de uma questão agrícola, que envolvia oferecer mais insumos para os produtores (proprietários) e melhorar as condições de exportação (POMPEIA, 2018).

A diferença terminológica entre "agrícola" e "agrária" transmite a dicotomia presente no debate: enquanto uma perspectiva defendia o aumento da produtividade da agricultura por meio da resolução do conflito *agrário* no campo brasileiro, a outra perspectiva defendia o aumento da produtividade *agrícola* por meio da simples adoção de novas tecnologias importadas (ANDRADES, GANIMI, 2007).

É evidente como essa posição "agrícola", defendida, entre outros, por Delfim Netto, revela a posição da elite agrária brasileira e a ideia de modernização conservadora presente em diversos estudos (ANDRADES, GANIMI, 2007). Isso porque tal visão não valoriza reconhece a necessidade de uma mudança significativa na estrutura agrária, de ruptura com o latifúndio. Ao invés disso, apenas defende uma adaptação às demandas do mercado externo com a adoção de medidas que beneficiem os proprietários, ou seja, o aumento da produtividade de maneira tecnicista, ambientalmente predatória e socialmente irresponsável.

A partir disso, a posição adotada pelo governo militar após o golpe de 1964, após a colocação dessa problemática agrária, foi a de industrializar a agricultura, oferecendo subsídios e permitindo a entrada de capitais estrangeiros para alavancar o crescimento do setor primário (POMPEIA, 2018).

Outras medidas implementadas pelo governo militar incluíram a permissão da entrada de empresas transnacionais -Ford, Monsanto, Shell, Bayer, entre outras- no país para a produção de insumos químicos e de maquinário para o agronegócio, criação de agências governamentais para fomentar a pesquisa agropecuária, como a EMBRAPA, EMBRATER e EMATER's, a adaptação do Banco do Brasil para servir como agente financiador desse novo modelo de agricultura e o estímulo à formação de cooperativas agrícolas para educar os produtores e os introduzirem a novas práticas modernas de produção (ANDRADES, GANIMI, 2007).

O estímulo à formação de cooperativas, inclusive, pode ser interpretado como uma tentativa do governo militar e de alguns setores de cooperativas de mascarar o conflito distributivo pela terra no campo brasileiro. Isso porque a propaganda pelo cooperativismo, à época, consistia na crença de que o cooperativismo seria uma forma de *"capitalização sem capitalismo, socialização sem socialismo"* -como afirmavam os periódicos da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), entidade fundada em 1969 por Luiz Fernando Cirne Lima, então Ministro da Agricultura, para unificar as cooperativas e facilitar o diálogo junto ao governo (MENDONÇA, 2005).

Em outras palavras, se procurava criar uma noção meio à opinião pública de que o modelo das cooperativas fosse, na realidade, uma terceira via ao conflito geopolítico da época -a disputa entre União Soviética, socialista, e Estados Unidos, capitalista. Com esse fomento às cooperativas, o governo militar conseguia criar um novo modelo de agricultura capitalista que atendesse aos anseios das classes latifundiárias, do mercado externo, e que ainda, concomitantemente, se apresentasse com uma aparência de socialmente justo (MENDONÇA, 2005).

A partir dessas medidas, a indústria nacional, protegida pelas políticas de substituição de importações dos governos militares, passaria a produzir parte do maquinário necessário à nova produção agrícola mecanizada e industrial, mantendo o setor primário da economia como um setor importante economicamente e permitindo a perpetuação do poder e influência das elites agrárias (POMPEIA, 2018).

A implementação da agricultura mecanizada no país, portanto, não contou com um rompimento com as classes tradicionais que governavam o campo no país. Nesse sentido, o termo Revolução Verde não denota o sentido próprio de revolução, ou seja, como uma transformação radical das estruturas de produção. A mudança na economia do país, em verdade, seguiu no sentido de realizar uma *acomodação* da crescente indústria nacional com a necessidade da preservação do poder das elites agrárias, que se viam em uma encruzilhada entre o declínio de sua influência e a necessidade de se perpetuarem.

Já durante as décadas de oitenta e noventa, com o desmonte gradual do Estado brasileiro devido à implementação do neoliberalismo e a onda de privatizações, a OCB teve a oportunidade de consolidar o seu papel político, substituindo o papel das estatais agora desmontadas. A OCB passa, com isso, a procurar se estabelecer como entidade politicamente hegemônica de representação da classe ruralista perante o novo Estado neoliberal brasileiro (MENDONÇA, 2005).

Algumas das estratégias adotadas pela OCB para alcançar a hegemonia política no que diz respeito ao agronegócio incluíram alianças com entidades internacionais como Organização das Cooperativas da América (1981) e a afirmação de que a própria OCB, enquanto cooperativa, teria mais capacidade de representar a classe perante o Estado brasileiro (MENDONÇA, 2005).

Esse processo de construção hegemônica não acontece, todavia, sem resistência de outros setores da classe do agronegócio, o que evidencia as divisões no interior de uma classe social que teoricamente foram previstas por Wright (2015). A OCB sofreu oposição da Sociedade Rural Brasileira e da Confederação Nacional da Agricultura, que representavam setores ainda mais conservadores da classe ruralista, não admitindo qualquer tipo de menção a mudanças na estrutura agrária (MENDONÇA, 2005).

Isso porque a OCB eventualmente admitia a existência de uma grande concentração fundiária no campo brasileiro. Tanto a OCB quanto a Sociedade Rural Brasileira (SRB, fundada em 1919 por cafeicultores paulistas) e a Confederação Nacional da Agricultura, contudo, se aliavam em momentos considerados críticos para a preservação da grande propriedade rural e do agronegócio -como ameaças à expropriação de terras improdutivas (MENDONÇA, 2005).

Um exemplo de tal ação conjunta foi no momento do final do regime militar e o início do processo de redemocratização, quando as forças progressistas ligadas à pauta da reforma agrária ganharam força. A partir disso, as divergências entre a OCB e a SRB se tornaram menores, devido à criação, em 1986, da FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira-, para atuarem juntas contra a UDR de Ronaldo Caiado, que apresentava uma atuação pública muito mais radicalizada que outras organizações do agronegócio (POMPEIA, 2018).

Dentro da OCB, seus líderes ainda enfrentaram oposição das bases de sua própria organização, ocasiões onde essas lideranças diziam que as bases eram afetadas por uma "falta de consciência" sobre os problemas da classe (POMPEIA, 2018). Essa divisão hierárquica ilustra bem a tipologia criada por Wright, em que divisões no interior das classes acontecem para além da posição produtiva de cada um, mas também por motivos de diferentes posições hierárquicas, de qualificação ou especialização dentro da classe social, criando inclusive contradições entre aqueles membros da classe que contam com posições diversas ou opostas (WRIGHT, 2015).

A partir da vitória contra a reforma agrária na assembleia constituinte, a FAAB passa a perder força. Dada essa situação e a necessidade de se organizar uma orquestração política coesa do agronegócio como um todo, o presidente da OCB, Roberto Rodrigues, também importante

membro da FAAB, anuncia a criação da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio – em 1993. A criação da ABAG representou o surgimento da concertação política unificada do agronegócio, representada pela classe terratenente do agronegócio e setores econômicos que dependem do agronegócio, como algumas indústrias (POMPEIA, 2018).

Todo esse processo histórico, desde seu princípio com a ocupação do interior brasileiro, até a movimentação nas décadas recentes com a articulação política junto ao moderno Estado neoliberal brasileiro, pode ser com extrema precisão caracterizado nos termos de Florestan Fernandes, de *modernização máxima com descolonização mínima*. Em outras palavras, o processo de modernização da economia e sociedade brasileiras ocorreu de uma forma que houvesse uma conciliação dos interesses da burguesia industrial urbana com a classe agrária aristocrata, e a criação de um tipo específico de dominação política: autocrata, latifundiária e capitalista (FERNANDES, 1975).

Para oferecer uma melhor perspectiva numérica para o processo da revolução verde, Andrades e Ganimi, citando Trigueiro (2003), colocam que a produtividade do trabalho no campo brasileiro tenha quintuplicado, enquanto que a produtividade agrícola em si tenha sido multiplicada em dez vezes após a realização da revolução verde (ANDRADES e GANIMI, 2007).

Não por acaso outros autores, posteriormente a Fernandes, utilizaram o conceito de modernização conservadora, primeiramente cunhado por Barrington Moore Junior em 1975 para descrever a situação de modernização da Alemanha e do Japão, para entender a situação da implementação do capitalismo industrial no Brasil (PIRES, 2009).

Tais trabalhos focaram a transformação da economia brasileira de uma situação agrária e colonial para uma economia moderna e capitalista sob diferentes aspectos, mas todos ressaltando o fato de que a burguesia brasileira, para alcançar seu domínio sob a sociedade e economia brasileiras, aceitou um pacto de conservação com a classe agrária ou terratenente (PIRES, 2009).

Um desses autores, Ignácio Rangel, coloca que a burguesia brasileira nunca obteve a consciência sobre si própria necessária para conduzir a nação para a industrialização e a instauração de uma ordem social competitiva. Para tanto, a incipiente burguesia industrial nacional se aliou a uma classe social já estabelecida, segura de si e politicamente organizada, as classes terratenentes brasileiras (PIRES, 2009).

É possível enxergar, no ponto de vista de Ignácio Rangel (PIRES, 2009) a presença do pensamento de Thompson. É justamente essa tomada de consciência da classe burguesa que

permite, para Rangel, sua constituição enquanto classe, da mesma maneira que Thompson (1989) afirma que a classe trabalhadora se constitui enquanto classe no processo de tomada de consciência de si própria dentro das lutas sociais. Assim, a burguesia brasileira, em outros termos, só foi capaz de se compreender politicamente e de formar uma noção de si própria com o auxílio da consciência de classe já consolidada das classes ruralistas.[6]

Essa consciência de classe adquirida a partir de uma aliança com a classe latifundiária e a promiscuidade de interesses entre os elementos componentes do agronegócio e a burguesia urbana é que permitiu a formação de uma consciência de classe entre a nova burguesia brasileira. Essa classe, responsável pela perpetuação do modelo de dominação denominado por Florestan Fernandes (1975) como dominação autocrática burguesa, agora possuía consciência de seu papel histórico, formando, segundo os critérios aqui explicitados pelo pensamento de Thompson (1989), já discutido previamente, uma classe social específica com interesses particulares.

Para além de sua auto identificação de classe e consciência de si, tal constatação levou à intrincada orquestração política desde a chamada Revolução Verde aqui brevemente explorada, que acarretou impactos até hoje na estrutura estatal brasileira, atribuindo inclusive mais poder à elite agrária, agora podendo ser caracterizada como uma espécie de burguesia capitalista latifundiária (FERNANDES, 1975; COSTA, 2012).

Para uma final constatação da relação de interdependência estrutural e promiscuidade entre o agronegócio brasileiro e o Estado nacional, é necessária uma análise atual e empírica que elucide como tal relação se processa na atualidade no cenário político brasileiro. Tal tarefa será empreendida no terceiro capítulo do presente trabalho**.**

## 3 - O AGRONEGÓCIO, CLASSE E SUA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

[6] - É interessante notar como esse processo se torna ainda mais promíscuo na medida em que, após as revoluções verde e neoliberal, ambas na segunda metade do século XX, a retórica própria do agronegócio começa a se assemelhar à retórica do empreendedorismo, da criação de empregos e a narrativa do "produtor" - como entidade abstrata- que se opõe ao Estado que cobra impostos em demasia. Essa cooptação do discurso neoliberal empreendedor se assemelha à adoção do discurso liberal realizada pelas elites agrárias no início do século XIX, como afirmou Faoro (2012). Isso sugere que essa tática de assimilação retórica oportunista de ideias liberais é recorrente por parte do agronegócio, mesmo que a aplicação da ideologia declarada como um todo implicaria consequências negativas para a classe, como maior participação política para os mais pobres ou o fim dos subsídios para a produção agrícola, no sentido de "menor intervenção do Estado na economia".

Duas dificuldades se colocam, no entanto, para a análise de classe proposta nesse trabalho a respeito do agronegócio. Ora, se o critério historicista, segundo a interpretação de Thompson (1989), para a definição de classe social é a auto identificação subjetiva, onde é possível verificar essa auto identificação do agronegócio enquanto classe social? Para além disso, como evitar ignorar os diferentes compartimentos e extratos de classe do agronegócio, na perspectiva de Wright (2015), com o objetivo de não tratar um grupo heterogêneo de maneira simplista e por demasiado homogeneizante?

A solução para tais impasses reside na pesquisa empírica realizada sobre a orquestração política do agronegócio juntamente ao Estado brasileiro e sua burocracia. Em outras palavras, a afirmação principal desde trabalho, de que o agronegócio se constitui enquanto classe social e constitui uma relação, enquanto classe, de interdependência com o Estado brasileiro, pode ser comprovada a partir da análise da orquestração política do agronegócio no estado brasileiro nos últimos anos. Ora, se o ponto de vista tomado por Thompson (1989) é o de que classe social deve ser entendida subjetivamente, então a ação política coordenada do agronegócio com relação a seus próprios interesses junto ao Estado é suficiente para comprovar que o próprio agronegócio tem consciência de sua organização enquanto classe social com um papel histórico específico. A consciência de classe do agronegócio não necessita ser expressa em termos acadêmicos ou estritamente marxistas para ser uma consciência de classe. Se o grupo em questão age politicamente com o objetivo de moldar a sociedade e a política nacionais para o seu interesse, tem consciência de seu papel histórico e de sua constituição enquanto classe.

Em segundo lugar, a retrospectiva histórica apresentada no capítulo anterior deixa claras as divergências e contradições do agronegócio brasileiro enquanto classe social em sua organização em entidades de classe. A relação do agronegócio com o Estado brasileiro, todavia, não deve ser compreendida apenas em termos de uma influência do agronegócio na política brasileira, ou por outro lado uma influência do Estado na agencia do agronegócio. Como coloca Claus Offe (1984), o Estado não deve ser compreendido de maneira destacada de seu tecido econômico que lhe dá apoio. Em outras palavras, o Estado atual não é apenas uma estrutura estatal destacada do capitalismo, mas é ele próprio, em sua constituição estrutural, capitalista (OFFE, 1984). Se trata, portanto, de interpretar a relação estrutural de constituição do Estado em conjunto com a constituição do agronegócio.

Nas palavras de Offe (1984), a dominação de classe do estado capitalista ocorre sempre de maneira velada, de tal maneira que o Estado possui mecanismos e dinâmicas próprias que tem o intuito de camuflar os fatores que evidenciam o caráter de classe de sua dominação. Um exemplo concreto, por isso, será de suma importância em um próximo trabalho para fundamentar o porquê do agronegócio ter tanta influência no Estado brasileiro.

### 3.1 - Classe e a Atuação Parlamentar do Agronegócio

A atuação parlamentar do agronegócio atualmente é realizada por meio da chamada Frente Parlamentar Agropecuária. Fundada oficialmente em 1994, com o nome de Frente Parlamentar da Agricultura, mas tendo uma atuação real desde a década de 70, a FPA, como passou a ser conhecida, é uma das principais bancadas parlamentares presente na câmara dos deputados, tendo influência sobre todos os assuntos discutidos na casa.

O alto número de integrantes da FPA evidencia o alto recrutamento, entre o agronegócio, para usar a terminologia de Miliband (1972), para cargos de destaque na política nacional. A FPA é constituída por 270 parlamentares, dentre deputados e senadores, que se reúnem periodicamente e decidem a agenda parlamentar a ser seguida. São precisamente esses parlamentares recrutados entre o agronegócio que são responsáveis pela constituição de demandas do setor junto ao parlamento brasileiro. Em 2012, de acordo com o estudo de Costa (2012), um total de 38 parlamentares que constituíam a bancada ruralista declararam praticar a atividade do agronegócio, agroindústria e produção de grãos como soja, arroz, trigo e algodão. Apesar de não ser um número absolutamente grande em comparação com o restante dos parlamentares, tais 38 membros ocupavam cargos de liderança entre a bancada ruralista e de importância nos processos decisórios das casas (COSTA, 2012).

O trabalho de Costa (2012) ainda expõe um exímio mapeamento das posições de diversos deputados ruralistas e das propriedades rurais de suas famílias. Costa expõe o argumento de que as elites latifundiárias regionais constituem oligarquias políticas que acumulam capital político intergeracional a partir de seus sobrenomes. Famílias como a Caiado em Goiás, Lupion no Paraná ou Cassol em Rondônia (COSTA, 2012). Esse persistente patrimonialismo hereditário presente na

política nacional, também por vezes chamado de coronelismo por autores como Leal (1997), constitui o elemento de sobrevivência da dominação política autocrática na política brasileira.

Um dos exemplos oferecidos por Costa (2012) é a respeito da família Caiado, que desde o século XIX possui terras e exerce dominância política em Goiás. Datando a partir de 1825, Costa cita o fazendeiro Antônio José Caiado - tataravô do atual Ronaldo Caiado, líder do Democratas no senado - que foi senador, deputado e até vice-presidente da província de Goiás no final do século referido, entre 1892 a 1895. A descendência paterna direta de Antônio Caiado é de proprietários rurais até o presente, contando com o próprio Ronaldo Caiado – com inclusive ancestrais indiretos e diretos possuindo também terras e cargos de importância na política nacional, como o avô Antônio Ramos Caiado tendo sido deputado e senador diversas vezes e Brasil Ramos Caiado, tio-avô de Ronaldo Caiado tendo sido governador de Goiás entre 1925 e 1929 (COSTA, 2012).

Costa (2012) explica que a hereditariedade do sobrenome é importante para manter uma imagem pública para a família aristocrática e possuidora de terras. Para utilizar uma terminologia de cunho sociológico, a confiança que o sobrenome de uma determinada família transmite ao eleitor transforma o capital econômico e social em capital político, a partir da eleição de determinados candidatos ou candidatas ligadas às famílias tradicionais (SIISIÄINEN, 2000).

Costa (2012) ainda relata a contradição existente na posição do empresário do agronegócio atual, pois os membros da classe do agronegócio combinam características de um empresário moderno e de um proprietário de terras arcaico ao mesmo tempo. Sua posição material é tanto de um rentista, que possui terras improdutivas e acumula capital pela renda da terra, quanto a de um empresário moderno capitalista, que obtém sua renda a partir do lucro com sua produtividade rural. "Mas, se isso é verdade, é verdade também que a diversidade dessa classe está de fato organizada sobre o alicerce da renda fundiária" (MARTINS, 1988; apud COSTA, 2012). Em última análise, portanto, a posição de classe do agronegócio está fundada histórica e estruturalmente sob o latifúndio. Sobretudo, a organização política do agronegócio e sua forma de agir, logicamente, se assemelha em forma e conteúdo à maneira de agir politicamente das classes terratenentes de outrora, constituindo a dominação política autocrática e a realidade da dupla articulação entre o arcaico e o moderno a que se refere Fernandes (1975).

É, portanto, a caracterização desse processo como essencialmente autocrático que constitui a natureza historicamente contínua, ininterrupta, e ainda hoje atuante do tipo de dominação política autocrática e autoritária descrita por Florestan Fernandes. A manutenção de uma instituição de

dominação política típica de um modo de produção colonial e escravocrata em uma sociedade burguesa de livre mercado é que estabelece e mantêm a relação de promiscuidade estrutural, historicamente determinada, de influência política, recrutamento de lideranças e controle do Estado pela atual classe econômica do agronegócio, como sugere Costa (2012).

É a já aqui referida *modernização máxima*, mecanização da agricultura, expansão da monocultura e uso de pesticidas, com *descolonização mínima*, manutenção da estrutura fundiária arcaica e de um modelo de dominação política patrimonialista e autocrático (FERNANDES, 1975). Condição contraditória que define a existência do agronegócio política e materialmente (COSTA, 2012).

Tendo isso em vista, não é de se espantar a direta ligação de muitos políticos da Bancada Ruralista ao antigo partido da ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Segundo Costa (2012), 54 parlamentares da bancada ruralista declararam terem sido diretamente filiados à ARENA durante o período de sua existência, durante o regime militar. Sendo a ARENA conhecida por ser um partido de orientação conservadora e autoritária, a participação política dos ruralistas por meio de tal partido evidencia o carácter de classe do grupo. Como argumenta Faoro, entre a classe proprietária, ou seja, a latifundiária, predomina a tendência à estabilidade social, à conservação. Por outro lado, entre a classe lucrativa, a burguesia, existe um maior apelo às mudanças sociais (FAORO, 2012).

Esse cenário comprova a dissociação implícita no presente trabalho entre a burguesia nacional industrial e a classe terratenente, hoje representada pelo agronegócio. São classes distintas e com posicionamentos políticos historicamente conflitantes. O cenário macroeconômico a que o Brasil enfrenta hoje, por exemplo, é vantajoso para o agronegócio e vem resultando desde a década de 90 e a implementação do Plano Real na chamada reprimarização econômica. Enquanto a produção agrícola cresce, a produção e exportação de bens manufaturados de alto valor agregado tende a estagnar, por mais que possa timidamente crescer eventualmente. Entre 1997 e 2010, por exemplo, o conjunto da produção de bens semimanufaturados e manufaturados aumentou em apenas 4 vezes, enquanto que a exportação de produção agrícola se multiplicou por 12 vezes.[7]

[7] Instituto de Economia Agrícola; Reprimarização ou Desindustrialização da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010, v.6, n.12, 2011

É nesse mesmo período, a partir da metade da década de 90, que por outro lado os próprios governos passam a enxergar o agronegócio como uma atividade prioritária para o desenvolvimento econômico, uma vez que em um contexto de implementação do Plano Real e de déficit na balança comercial, a agricultura era o único setor que apresentava saldo positivo na balança comercial. É a partir desse momento que a ABAG e a organização política do agronegócio consegue iniciar a implementação de seus objetivos, que incluem o convencimento do governo e da opinião pública de que o agronegócio é necessário para o desenvolvimento econômico nacional e deve ser inserido em todos os processos decisórios (POMPEIA, 2018).

A aprovação do novo Código Florestal em 2012, por meio da Lei número 12.651/2012, oferece outro exemplo de ação política coordenada da classe do agronegócio. Segundo a página do Senado, a tramitação do novo Código Florestal se iniciou na década de 90 com o Projeto de Lei (PL) no 1.876/1999, de autoria do então Deputado Federal Sérgio Carvalho, do PSDB de Roraima. A votação da matéria foi marcada, contudo, pela rejeição massiva da bancada ruralista do Substitutivo do Senado Federal que versava sobre pequenas concessões ambientais, como incentivos ao reflorestamento e o estabelecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Senadores à esquerda inclusive avaliaram o Substitutivo como muito permissivo com relação às atividades econômicas predatórias ao meio ambiente.[8] Não obstante, a votação do Substitutivo em 2012 foi marcada pela rejeição em massa de parlamentares ruralistas, particularmente aqueles ligados a partidos da direita e que eram financiados por empresas ligadas ao agronegócio (HOROCHOVSKI et al. 2016).

Outro dado que revela a articulação política do agronegócio como uma entidade coesa e específica é o caso da atual tramitação da MP do Agro. Em um contexto de achatamento dos gastos públicos e de austeridade econômica, principalmente devido à aprovação, ainda em 2016, da Proposta de Emenda Constitucional 241 -PEC241-, aprovada ainda no governo de Michel Temer, que estabeleceu o congelamento do aumento dos gastos públicos por vinte anos, a luta por recursos públicos entre diversos setores da sociedade tende a se acirrar.[9] A articulação do setor agropecuário,

[8] Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/12/06/novo-codigo-florestal-e-aprovado-e-volta-a-camara-dos-deputados> Acesso em: 16/11/19

[9] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html

mais precisamente, da classe do agronegócio, já procura se adaptar a essas novas condições por meio da apelidada MP do Agro, ou Medida Provisória 879.

Segundo a página da Frente Parlamentar Agropecuária, a MP 879 pretende criar novas formas de financiamento da produção agropecuária e instituir novos mecanismos de fornecimento do crédito rural. Entre as propostas elencadas pelos parlamentares da bancada para instituir esse novo modelo de financiamento do agronegócio, aparece até mesmo a sugestão do governo retornar a realizar a política do início do século XX de controle do preço do café.

Para Domingos Sávio, deputado pelo PSDB de Minas Gerais, o governo deve comprar o excedente da produção agrícola quando o preço da commodity no mercado internacional cair demais, ou vender seu estoque caso o preço esteja elevado, assegurando assim um preço constante dos commodities do agronegócio e mantendo a alta taxa de expansão econômica do setor. O deputado chama tal proposta de "estoques reguladores".[10] Essa ideia se aproxima fortemente da política adotada pelo governo brasileiro durante o início do século XX para proteger as fazendas de café de São Paulo e Paraná, como descreveu Furtado (2005). Isso evidencia a proximidade entre os interesses da classe terratenente aristocrática de outrora com o agronegócio atual.

Arnaldo Jardim, deputado pelo Cidadania de São Paulo, ainda ressalta a importância da MP para o agronegócio:

> Temos, com orgulho, compromisso com o setor Agro – o sustentáculo da atividade econômica brasileira, que se destaca por sua capacidade de inovação e por suas modernas relações de trabalho. O projeto do Brasil que queremos só será sustentável se reafirmarmos o protagonismo do segmento. Esta convicção, no entanto, impõe a necessidade de atualizarmos conceitos e reformularmos procedimentos. Por isso, recebemos com satisfação a publicação da MP 897, que estabelece um novo modelo de financiamento da agropecuária. (…) Mais do que uma MP, estamos lançando as bases para novo modelo de financiamento do setor. O Agro não só apoia as mudanças estruturais que o Brasil precisa, mas deve liderar este processo. (Arnaldo Jardim, deputado pelo Cidadania – SP)[11]

A ênfase colocada na necessidade do agronegócio liderar o processo de mudança e modernização da economia brasileira esclarece a necessidade do agronegócio se perceber e ser

[10] Informações disponíveis em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2019/11/13/mp-do-agro-promete-simplificar-e-dar-seguranca-ao-produtor-rural/> Acesso em: 22/10/19

[11] Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2019/10/25/mp-do-agro/> Acesso em: 23/10/19

percebido pela sociedade brasileira como um setor economicamente dominante, como uma classe produtora sem a qual a sociedade, a economia e o Estado brasileiros não mais funcionariam devidamente. Tal primazia econômica auto atribuída reflete o mesmo discurso do agronegócio presente desde a formulação do conceito nos Estados Unidos e sua implementação no Brasil, nas décadas de 60 e 7.

O congelamento dos gastos públicos ainda acontece em um contexto de extremo endividamento do agronegócio perante o Estado e instituições financeiras. A própria página online da Frente Parlamentar Agropecuária ressalta tal realidade em um de seus artigos, afirmando que segundo dados do Banco Central, a inadimplência dos produtores rurais com financiamentos não pagos há mais de 3 meses somou R$ 3,4 bilhões de reais. Para fins comparativos, isso representa 1,34% do total de recursos concedidos pelo sistema financeiro ao agronegócio em 2018. "As dívidas agrícolas já estão sendo vistas como essência da atividade de produção. É como se fosse impossível produzir sem ficar endividado", afirma a página.[12]

A estratégia adotada, contudo, não consiste em prescindir do financiamento estatal da atividade agropecuária, ou quitar as dívidas para um desenvolvimento do setor que não seja sustentado por recursos públicos. Uma pauta antiga da classe do agronegócio é insistir na necessidade do aumento do subsídio à produção agrícola mesmo em períodos de crise, argumentando que a porcentagem do PIB nacional dedicado ao subsídio agrícola é menor do que em países desenvolvidos.[13]

A resolução do atual problema de endividamento e poucos recursos públicos, em verdade, passa, a partir da proposta da MP do Agro, pelo estabelecimento de um novo modelo de financiamento, de endividamento. É evidente que existe um interesse consciente por parte da classe do agronegócio em continuar com a política de Estado de financiamento de sua atividade

---

[12] Disponível em: <https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2019/11/13/mp-do-agro-promete-simplificar-e-dar-seguranca-ao-produtor-rural/> Acesso em: 06/10/19

[13] "Em termos de valores, o Brasil passou de uma média anual de R$ 7,9 bilhões entre 2002 e 2004 para R$ 14,7 bilhões entre 2005 e 2007. Isso representou, no último triênio considerado, 0,6% do PIB nacional. Já o apoio total estimado nos países ricos fica em US$ 300 bilhões ou 1% do PIB. […] grande parte deste subsídio se cristaliza nas renegociações das dívidas agrícolas, confirmando-se que a situação de endividamento e inadimplência de nossos produtores aumentou bastante nos últimos anos. Isso leva a crer, a partir desta crise financeira mundial, que os subsídios nacionais devam continuar aumentando. " Disponível em <https://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/o-subsidio-agricola-brasileiro> , Acesso em: 27/11/19

econômica. Contudo a constatação de que a produção agropecuária baseada no modelo do agronegócio não pode subsistir sem o financiamento Estatal, nem o Estado brasileiro continuar operando da forma como opera sem o agronegócio, é algo exterior à vontade dos agentes particulares envolvidos no processo de financiamento do setor, tanto pelo lado do Estado quanto pelo lado do agronegócio. Se os agentes, no caso um membro de grande importância da bancada ruralista, reconhece o problema do endividamento, mas não é capaz de transcender essa limitação por ter a consciência da importância do financiamento para sua própria classe, a relação existente é evidentemente de caráter estrutural, e não meramente político, para usar a distinção de Poulantzas (PERISSINOTTO, 1996).

É claro que essa consciência sobre o papel do Estado na manutenção da atividade econômica do agronegócio não é compartilhada imediatamente por todos os membros da referida classe. A pluralidade de entidades que historicamente representaram os interesses do agronegócio, como a OCB, FAAB ou a ABAG, evidencia a heterogeneidade existente entre diferentes estratos da classe, como ressalta Wright (2015).

Entretanto, a consciência de classe não é homogênea e presente em todos os indivíduos da mesma maneira. A maneira utilizada por Lukács (1967) para definir a consciência de classe, como aqui discutida, é uma forma retrospectiva de procurar a consciência de classe em referência a um evento histórico de importância para a classe em questão. O novo modelo de financiamento do agronegócio, proposto pelos próprios integrantes da representação política da classe -eles próprios muitas vezes também proprietários, como foi exposto por Costa (2012) - é o evento histórico que é capaz de trazer à luz a consciência de classe do agronegócio – da mesma maneira que o movimento pela reforma agrária da década de 40, 50 e 60 expôs os interesses de classe e acirrou a coordenação política da classe agrária à época.

É nesse movimento histórico de luta pela manutenção de sua condição de classe economicamente privilegiada e de luta pela implementação de seus interesses que é formada a classe econômica do agronegócio, segundo a perspectiva historicista de Thompson (1989). É ainda possível afirmar que é nesse mesmo processo que se constitui o próprio Estado brasileiro, dialeticamente constituído pelas pressões exercidas sobre si e realizadas por ele sobre a sociedade e suas classes sociais -e historicamente constituído, factualmente, pelas contradições entre os interesses do Estado centralizador e das elites latifundiárias exportadoras locais (FAORO, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente debate não pretende esgotar a discussão a respeito do caráter de classe do agronegócio e de sua articulação política. Contudo, é evidente que o agronegócio possui uma articulação política coesa e constituída sobre as bases materiais e históricas da estrutura fundiária brasileira – o latifúndio e a promiscuidade histórica entre o Estado brasileiro e as elites agrárias locais (FERNANDES, 1975; FAORO, 2012).

Assim, a constituição histórica de uma classe social, juntamente à construção de uma consciência de classe histórica e a presença de uma posição claramente delimitada na estrutura produtiva nacional – de proprietários de terras e exportadores de commodities –, sugere que uma caracterização do agronegócio como classe social é apropriada segundo diversas perspectivas dentro de tradições sociológicas marxistas, desde o historicismo de Thompson (1989), a perspectiva estrutural de Wright (2015) e a abordagem focada na consciência de classe de Lukács (1967).

O alto índice de recrutamento estatal (BARNABÉ, 1999; MILIBAND, 1972) para cargos de importância no processo decisório nacional entre a classe do agronegócio, como foi demonstrado por meio dos trabalhos de Costa (2012) e Pompeia (2018), reflete a promiscuidade moderna entre o Estado brasileiro e o agronegócio, presente de outras maneiras a séculos na constituição estrutural do Estado e economia brasileiras (FAORO, 2012).

Sua contradição estrutural de ao mesmo tempo classe empresária capitalista e proprietária de terras rentista (COSTA, 2012), ainda representa e incorpora a dicotomia do desenvolvimento econômico brasileiro e a realidade da modernização conservadora no país (PIRES, 2009). O agronegócio atual, portanto, pode ser compreendido como uma classe social consciente e politicamente organizada, contendo em si suas próprias contradições e antagonismos.

Portanto, a caracterização do agronegócio enquanto classe contribui, a partir do exposto, para compreender as necessidades históricas de tal classe e seu projeto de nação, revelado de maneira explícita durante a criação da ABAG em 1994 – o alcance da manutenção da dominância econômica da agricultura, dessa vez revestida de modernidade e competitividade (POMPEIA, 2018).

É importante ressaltar, contudo, como a concertação política do agronegócio não é idêntica à classe do agronegócio em si. A concertação política do agronegócio, como foi descrita por

Pompeia (2018) e utilizada no presente trabalho, é uma maneira de retrospectivamente alcançar os interesses e posições compartilhadas pelos membros do agronegócio em sua consciência de classe, à maneira defendida por Lukács (1967). A luta conjunta pela aprovação da MP do Agro em um contexto nacional de achatamento dos gastos públicos é evidencia dessa ação coordenada e da consciência do próprio agronegócio de sua dependência estrutural do Estado brasileiro, para usar a terminologia de Poulantzas (PERISSINOTTO, 1996).

É evidente, todavia, que existem divergências e contradições dentre o próprio agronegócio que se refletem na concertação política da classe como um todo. Os extratos de classe dentro do agronegócio também aparecem em termos de partes do setor mais tradicionalmente ligadas ao latifúndio ou, por outro lado, a áreas que se aproximam da agroindústria, como a exportação de alimentos semimanufaturados (POMPEIA, 2018). Tais variedades e conflitos internos foram brevemente exemplificados, mas constituem um objeto de pesquisa além do escopo do presente trabalho.

Por isso, se pretende que o presente trabalho seja uma provocação à interpretação do agronegócio brasileiro, e por conseguinte à estrutura econômica nacional atual, sob a luz de concepções como classe social e consciência. Análises mais detalhadas sobre os extratos de classe existentes, os conflitos internos e sua relação com a concertação relativamente unificada na Frente Parlamentar Agropecuária são positivas para o desenvolvimento do debate.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


**ANDRADES** e **GANIMI**; *Revolução Verde e a Apropriação Capitalista*, CES Revista, v. 21, Juiz de Fora, 2007

**BARNABÉ**, Israel; *Elite, Classe Social e Poder Local;* Revista Estudos de Sociologia, vol. 4, no. 7, 1999

**BERTRAN**, Paulo; *História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador;* Editora Universidade de Brasília, 2011

**COSTA**, Sandra; *A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional*; USP, São Paulo, 2012

**FAORO**, Raymundo; *Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro;* Biblioteca Azul, 5ª edição, São Paulo, 2012

**FERNANDES,** Florestan; *Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica;* Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975

**FERNANDES**, Bernardo; *Brasil: 500 anos de luta pela terra*; Revista de Cultura Vozes; 2014

**FURTADO**, Celso; *Formação Econômica do Brasil;* Companhia Editora Nacional: Edição no. 32, 2005

**HOROCHOVSKI,** et al.; *As mudanças no Código Florestal Brasileiro: uma análise de gênero, ideologia partidária e financiamento de campanha das bancadas parlamentares*, Guaju, Matinhos, vol. 2, no. 2, 2016

**LEAL**, Victor Nunes; *Coronelismo, enxada e voto,* Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997 [1948]

**LENIN**, Vladimir I.; *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010

**LUKÁCS**, Giorgi; *History and Class Consciousness*; Merlin Press, 1967, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lukacs/works/history/>, Acesso em: 10/10/19

**MENDONÇA**, Sônia; *Estado e Hegemonia do Agronegócio do Brasil;* Histórias e Perspectivas, Uberlândia, 2005

**MILIBAND**, Ralph; *O Estado na Sociedade Capitalista*, Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Cap. III, p. 67-87

**OFFE**, Claus; *Dominação de classe e sistema político*, em *Problemas Estruturais do Estado capitalista*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 140-177

**PEREIRA**, Duarte; Das Classes à Luta de Classes; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Segundo Colóquio Marx e Engels, 2003

**PERISSINOTTO**, Renato; *Hegemonia Cafeeira e "Regime Político Oligárquico"*, Universidade Federal do Paraná, Revista de Sociologia e Política no. 6/7, 1996

**PERISSINOTTO,** Renato; *Classe Dominante e Política Econômica na Economia Cafeeira (1906-1930),* Perspectivas, São Paulo, 16: 165-189, 1993

**PIRES**, Murilo; *O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil*, Revista Econômica do Nordeste, vol. 40, no. 3, 2009

**POMPEIA**, Caio; *Formação Política do Agronegócio*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2018

**SAUER,** Sérgio; *Agricultura Familiar versus Agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*, Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, 2008

**SIISIÄINEN**, Martti; Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam, Department of Social Sciences and Philosophy, University of Jyväskylä, 2000

**THOMPSON, E. P;** "*La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?"* em Tradición, *revuelta y consciencia de clase*. Seções III e IV, p. 30-39, Editorial Critica, Grupo editorial Grijalbo, Barcelona, 1989

**VANDENBERGHE,** Frédéric; *The Archers: a Tale of Folk (Final Episode?)*, European Journal of Social Theory 8(2), 2005

**WRIGHT**, Erik Olin; *Análise de Classes*, Revista Brasileira de Ciência Política, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 121-163